

EXAMINADOR DE TRÂNSITO**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 50 questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

| CONHECIMENTOS GERAIS | | | | | | | | CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | | | |
|----------------------|--------|--------------------------|--------|---------------|--------|---------------------|--------|---------------------------|--------|----------|--------|
| LÍNGUA PORTUGUESA I | | LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO I | | INFORMÁTICA I | | RACIOCÍNIO LÓGICO I | | | | | |
| Questões | Pontos | Questões | Pontos | Questões | Pontos | Questões | Pontos | Questões | Pontos | Questões | Pontos |
| 1 a 5 | 1,5 | 11 a 15 | 1,0 | 21 a 25 | 1,0 | 26 a 30 | 1,0 | 31 a 35 | 2,0 | 41 a 45 | 3,0 |
| 6 a 10 | 2,5 | 16 a 20 | 2,0 | — | — | — | — | 36 a 40 | 2,5 | 46 a 50 | 3,5 |

b) Um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta. No **CARTÃO-RESPOSTA**, o candidato deverá assinalar também, no espaço próprio, o gabarito correspondente às suas provas: ① Azul, ② Amarela, ③ Branca, ④ Verde. **Se assinalar um gabarito que não corresponda ao de suas provas ou deixar de assinalá-lo, terá as mesmas desconsideradas.**

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

c) se recusar a entregar o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, verifique se **ASSINALOU, NO CARTÃO-RESPOSTA, O NÚMERO DO GABARITO CORRESPONDENTE ÀS SUAS PROVAS**, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

Obs. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivo de segurança, o candidato **não** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

LÍNGUA PORTUGUESA I

TRÂNSITO NAS GRANDES CIDADES: O PREÇO DO TEMPO PERDIDO

Quem não passou pelo pesadelo de sair de casa para um compromisso com hora marcada e ver o cronograma estourar por causa do trânsito? Assim se perderam viagens, reuniões de negócios, provas na escola e outras oportunidades. Resultado: prejuízo na certa. Seja ele financeiro ou mesmo moral — afinal, como fica a cara de quem chega atrasado ao trabalho? Mas será que existe um mecanismo que leve ao cálculo das perdas provocadas por estes preciosos minutos gastos dentro de um automóvel — ou transporte coletivo — numa avenida de uma grande cidade brasileira? Quanto custa um engarrafamento? As respostas para estas perguntas, infelizmente, ninguém sabe ao certo.

Estudo do Denatran, em parceria com o Ipea, sobre “Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Rodovias Brasileiras” revela que — além da perda de tempo — a retenção no trânsito provoca ainda o aumento do custo de operação de cada veículo — combustível e desgaste de peças. Os congestionamentos trazem danos também para os governos. Cidades e estados gastam fortunas com esquemas de tráfego, engenheiros, equipamentos e guardas de trânsito.

Quando motivado por acidente, o engarrafamento fica ainda mais caro, pois envolve bombeiros, ambulâncias, médicos, hospitais, internações, medicamentos, lucros cessantes e, eventualmente, custos fúnebres, além das perdas familiares. Nos Estados Unidos, as autoridades incluíram, no custo financeiro do engarrafamento, o estresse emocional provocado em suas 75 maiores cidades. Conta final: U\$ 70 bilhões/ano. Isso sem falar nos custos ambientais — é consenso na comunidade científica que a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, pelos automóveis é uma das principais causas de emissões de carbono, um dos causadores do aquecimento global.

A maior cidade do Brasil tem também os maiores engarrafamentos. A frota da Grande São Paulo atingiu, em 2008, a marca de seis milhões de veículos. Este número só aumenta: são vendidos cerca de 600 carros por dia — segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). O consultor de tráfego Horácio Figueira só vê uma solução: “É preciso priorizar o transporte coletivo. Caso contrário, as cidades vão parar”, alerta. Enquanto 60% da população do país utilizam o transporte público, apenas 47% dos paulistanos seguem o mesmo exemplo. A falta de conforto e os itinerários limitados dos ônibus levaram 30% dos usuários a optar pelas vans, realimentando os quilométricos congestionamentos da cidade.

CARNEIRO, Claudio. In: **Opinião e Notícia**, 20 mar. 2008. Disponível em: <http://opinioenoticia.com.br/vida/transito-nas-grandes-cidades-o-preco-do-tempo-perdido>. Acesso em: 3 ago. 2009.

1

— “afinal, como fica a cara de quem chega atrasado ao trabalho?” (ℓ. 6-7)

Quem chega atrasado ao trabalho em virtude de problemas no trânsito provavelmente demonstrará

- (A) consternação. (B) constrangimento.
(C) compaixão. (D) compaixividade.
(E) comiserção.

2

No primeiro parágrafo do texto são apresentadas as perguntas a seguir.

- I – Quem não passou pelo pesadelo de sair de casa para um compromisso com hora marcada e ver o cronograma estourar por causa do trânsito?
II – ...como fica a cara de quem chega atrasado ao trabalho?
III – ...será que existe um mecanismo que leve ao cálculo das perdas...?
IV – Quanto custa um engarrafamento?

As perguntas a que se refere o trecho “As respostas para estas perguntas, infelizmente, ninguém sabe ao certo.” (ℓ. 12-13) são:

- (A) III e IV, apenas. (B) II e IV, apenas.
(C) I, II, III e IV. (D) I e III, apenas.
(E) I e II, apenas.

3

Segundo o estudo do Denatran, entre os fatores que contribuem para o prejuízo causado pelo trânsito **NÃO** se inclui a(o)

- (A) perda de tempo, que pode trazer inúmeros danos.
(B) despesa com pessoal especializado em trânsito.
(C) gasto com sistemas de tráfego pelos governos.
(D) estresse emocional provocado pelos engarrafamentos.
(E) aumento do custo de operação de cada veículo.

4

Observe as afirmativas abaixo.

- I – Em São Paulo, as pessoas usam menos o transporte público do que nos outros lugares do Brasil.
II – A solução para o trânsito de São Paulo é aumentar o número de carros particulares.
III – A falta de conforto dos ônibus é uma das causas para o desfavorecimento do seu uso.

De acordo com o texto, está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III.
(B) II e III.
(C) I e III.
(D) I e II.
(E) I.

5

Indique uma afirmação que **NÃO** está contida no período “Isso sem falar...aquecimento global.” (l. 31-36)

- (A) Os automóveis queimam combustíveis fósseis.
- (B) O petróleo é um combustível fóssil.
- (C) O carbono é um dos causadores do aquecimento global.
- (D) A comunidade científica ressalta a importância dos custos ambientais.
- (E) A queima de combustíveis fósseis é uma das causas da emissão de carbono.

6

A palavra que **NÃO** substitui adequadamente “motivado” na sentença “Quando motivado por acidente, o engarrafamento fica ainda mais caro,” (l. 24-25) é:

- (A) causado. (B) provocado.
- (C) determinado. (D) promovido.
- (E) despertado.

7

Assinale a opção que traz os sinais de pontuação que podem ser usados para substituir os travessões em “— ou transporte coletivo —”. (l. 10-11)

- (A) (ou transporte coletivo)
- (B) :ou transporte coletivo;
- (C) ;ou transporte coletivo;
- (D) ,ou transporte coletivo.
- (E) ,ou transporte coletivo...

8

As palavras em destaque **NÃO** podem ser substituídas pelos pronomes à direita em:

- (A) José suspendeu **o envio da correspondência** – suspendeu-o.
- (B) João viu **o relatório** antes da reunião – viu-o.
- (C) A concessionária vendeu **os carros** em poucas horas – vendeu-os.
- (D) Os congestionamentos trazem danos **para os empresários** – trazem-lhes.
- (E) O diretor convidou **os funcionários** para um evento – convidou-lhes.

9

Observe o período.

A meta do governo é fazer com que as pessoas **usem** mais transportes coletivos.

Os verbos destacados no período acima podem ser substituídos, respectivamente, mantendo a correção gramatical, por

- (A) foi e tenham usado.
- (B) era e usassem.
- (C) era e usavam.
- (D) será e terão usado.
- (E) será e terem usado.

10

Observe a sentença abaixo.

É preciso priorizar o transporte coletivo. Caso contrário, as cidades vão parar.

Marque a opção em que a reescritura causa **ALTERAÇÃO** de significado.

- (A) É preciso priorizar o transporte coletivo, ou então, as cidades vão parar.
- (B) É preciso priorizar o transporte coletivo, pelo contrário, as cidades vão parar.
- (C) É preciso priorizar o transporte coletivo, senão as cidades vão parar.
- (D) Se não se priorizar o transporte coletivo, as cidades vão parar.
- (E) Caso não se priorize o transporte coletivo, as cidades vão parar.

LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO I

11

Marcelo impugnou um auto de infração perante o órgão executivo de trânsito e, após, recorreu à Junta Administrativa de Recursos de Infrações. Negado o recurso, Marcelo

- (A) deve pagar a multa imediatamente, uma vez que inexistente outra forma de impugnação.
- (B) pode recorrer ao Conselho Estadual de Trânsito, que é a última esfera administrativa.
- (C) pode recorrer ao Departamento Estadual de Trânsito e, caso o recurso seja novamente indeferido, recorrer ainda a uma das Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Trânsito.
- (D) pode recorrer ao Departamento Estadual de Trânsito, que é a última esfera administrativa.
- (E) pode recorrer ao Conselho Estadual de Trânsito e, caso o recurso seja novamente indeferido, recorrer ainda a uma das Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Trânsito.

12

Marcos dirige seu veículo pela via pública, quando percebe, à sua frente, um semáforo queimado. Logo após o semáforo, dois pedestres esperam a oportunidade de atravessar a pista, pela faixa de pedestres. Não há qualquer agente de trânsito no local ou mesmo placa que indique ser área de travessia de pedestres. Neste caso, Marcos

- (A) tem a prioridade de passagem já que, com o semáforo queimado, apenas uma autoridade de trânsito teria competência para interromper o trânsito de veículos.
- (B) deve parar o veículo, ainda que o semáforo volte a funcionar e dê preferência ao motorista.
- (C) deve parar o veículo, ainda que surja um agente de trânsito no local sinalizando o contrário.
- (D) deve reduzir ou mesmo parar o veículo e esperar pela travessia dos pedestres.
- (E) deve apenas diminuir a velocidade, por segurança, inexistindo norma que o obrigue a dar preferência aos pedestres.

13

João é motorista de micro-ônibus e está trafegando em rodovia em boas condições de conservação, mas que não possui qualquer placa de sinalização de velocidade. A velocidade mínima permitida, em km/h, para seu veículo é

- (A) 110
- (B) 90
- (C) 55
- (D) 45
- (E) 20

14

Patrícia adquiriu veículo seminovo em 2009 e descobriu que o antigo proprietário deixou de pagar o IPVA relativo ao ano de 2008. Neste caso, para obter o certificado de licenciamento anual do veículo referente a 2009, Patrícia

- (A) não precisa pagar nenhum IPVA, uma vez que o certificado de licenciamento anual não é documento de porte obrigatório.
- (B) não precisa pagar nenhum IPVA, visto que o pagamento de tributo não é condição para a obtenção do certificado de licenciamento anual.
- (C) deverá pagar apenas o IPVA de 2009, uma vez que as dívidas anteriores, relativas ao veículo, são de responsabilidade do antigo proprietário, já que a transferência de propriedade foi comunicada no prazo legal.
- (D) deverá pagar apenas o IPVA de 2008, uma vez que o licenciamento anual depende apenas da quitação de débitos relativos aos exercícios anteriores.
- (E) deverá pagar os IPVA de 2008 e 2009, uma vez que a responsabilidade por tais débitos é sempre do proprietário do veículo.

15

Joaquim, embriagado, conduzia seu veículo à velocidade de 20 km/h em rodovia federal, na qual a velocidade máxima permitida é de 110 km/h. Ao ser abordado pela autoridade policial, esta verificou ainda que Joaquim estava com o direito de dirigir suspenso. No que tange à esfera administrativa, considere as afirmativas abaixo.

- I – Joaquim computará quatro pontos em sua carteira pelo fato de dirigir em velocidade abaixo da mínima permitida.
- II – Joaquim praticou infração grave ao dirigir embriagado.
- III – A violação à suspensão do direito de dirigir acarreta pontuação maior que a direção sob efeito de álcool.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) I.

16

A repartição de competências executivas em matéria de trânsito é complexa e envolve os três níveis da federação. Especificamente no âmbito estadual, é possível afirmar que compete

- (A) apenas à Polícia Militar o policiamento ostensivo de trânsito.
- (B) ao DETRAN fixar, por portaria, a pontuação a ser atribuída aos motoristas em virtude de infrações administrativas.
- (C) aos órgãos estaduais realizar vistorias e emplacements, bem como expedir o certificado de licenciamento anual, sendo isto feito por delegação da União.
- (D) aos Departamentos Estaduais de Trânsito fixar normas de trânsito em sua circunscrição, ainda que em sentido contrário às disposições do DENATRAN.
- (E) aos Municípios apenas participar de campanhas educativas de trânsito, não podendo realizar autuações de trânsito.

17

O Código de Trânsito Brasileiro é uma lei abrangente, que busca disciplinar as relações de trânsito relativas não apenas a automóveis, motos e ônibus, mas também a

- (A) bondes sobre trilhos.
- (B) metrô sobre trilhos.
- (C) ciclomotores.
- (D) bicicletas, que são equiparadas às motonetas.
- (E) barcos a motor, que também se enquadram no conceito de “veículo automotor”.

18

Jorge dirigia o carro de João, seu irmão, em via de mão dupla. Para desviar de caminhão que realizava descarga à sua frente, acabou cruzando a faixa divisória e invadindo, momentaneamente, a pista em sentido oposto. Após ultrapassar o caminhão, foi abordado por Policial Militar que identificou o condutor e comunicou que lavraria auto de infração por ultrapassagem pela contramão em local proibido. Irresignado com a autuação, Jorge se recusou a assinar o auto de infração, afirmando que o Policial não teria como provar o cometimento da infração. Nesta situação,

- (A) o auto de infração não valerá como notificação, mas esta será enviada a Jorge, que foi identificado pelo Policial Militar.
- (B) o auto de infração, mesmo sem a assinatura, valerá como notificação, pois o Policial Militar atestará que o condutor estava presente, tendo sido identificado e comunicado.
- (C) o auto de infração será considerado insubsistente, já que não será possível provar que o condutor cometeu aquela infração administrativa.
- (D) a notificação será sempre enviada ao proprietário do veículo, no caso, o irmão de Jorge, havendo ou não assinatura.
- (E) Jorge não poderá ser responsabilizado pela infração, ante a falta de assinatura, sendo certo que a notificação será enviada ao seu irmão.

19

O transporte escolar demanda uma série de cuidados especiais, o que se aplica tanto para o condutor quanto para o veículo. Neste contexto, Marcos, querendo se habilitar como motorista de van escolar,

- (A) deverá ser aprovado em curso de direção defensiva.
- (B) deverá ser habilitado na categoria C.
- (C) deverá ter ao menos 24 anos de idade e possuir carteira de habilitação há, pelo menos, três anos.
- (D) não poderá ser reincidente, nos últimos 12 meses, em infrações médias, graves ou gravíssimas.
- (E) não poderá ter cometido, nos últimos 12 meses, infrações médias, graves ou gravíssimas.

20

Ricardo trafegava em via urbana quando foi autuado por Guarda Municipal, porque não estava usando o cinto de segurança. Recorreu da infração, sustentando que apenas a Polícia Militar teria atribuição para multá-lo. Esse recurso deverá ser

- (A) provido, uma vez que o Município não tem poder de polícia de trânsito.
- (B) provido, uma vez o Município, apesar de ter poder de polícia de trânsito, não tem competência para fiscalizar esse tipo de infração.
- (C) provido, uma vez que diante da ausência de regulamentação do CONTRAN sobre a matéria, a fiscalização dessa infração é de competência apenas do Estado.
- (D) rejeitado, uma vez que só o Município pode fiscalizar essa infração, conforme regulamentação do CONTRAN.
- (E) rejeitado, uma vez que fiscalizar essa infração é competência tanto dos Estados como dos Municípios, conforme regulamentação do CONTRAN.

INFORMÁTICA I

21

Qual das teclas do teclado de um computador aciona o modo caixa alta, fazendo com que os caracteres, digitados após o seu acionamento, sejam exibidos em sua forma maiúscula?

- (A) Alt
- (B) Esc
- (C) Caps Lock
- (D) Pg Up
- (E) Home

22

A figura acima mostra a janela denominada Arquivos, que está sendo executada em um computador com Windows XP, em sua configuração padrão. O que ocorrerá após se clicar em e, em seguida, clicar ?

- (A) O arquivo Referência será copiado para a área de transferência.
- (B) O arquivo Referência será movido automaticamente para a pasta c:\.
- (C) O arquivo Referência será aberto automaticamente pelo Word.
- (D) A lista de arquivos da pasta Arquivos será ordenada de cima para baixo em ordem alfabética crescente.
- (E) A janela irá apresentar a lista de pastas e arquivos de c:\.

23

Por meio da URL www.google.com.br em um navegador da Internet, temos acesso a

- (A) um pacote de aplicativos para escritório que contém processadores de texto e planilhas de cálculo em ambiente Web.
- (B) uma enciclopédia multilíngue online, livre e colaborativa, escrita internacionalmente por várias pessoas voluntárias.
- (C) uma página cujo principal objetivo é realizar a tradução automática de textos.
- (D) uma loja virtual focada na venda de livros e brinquedos importados.
- (E) ferramentas que podem facilitar a busca por informações na Internet.

24

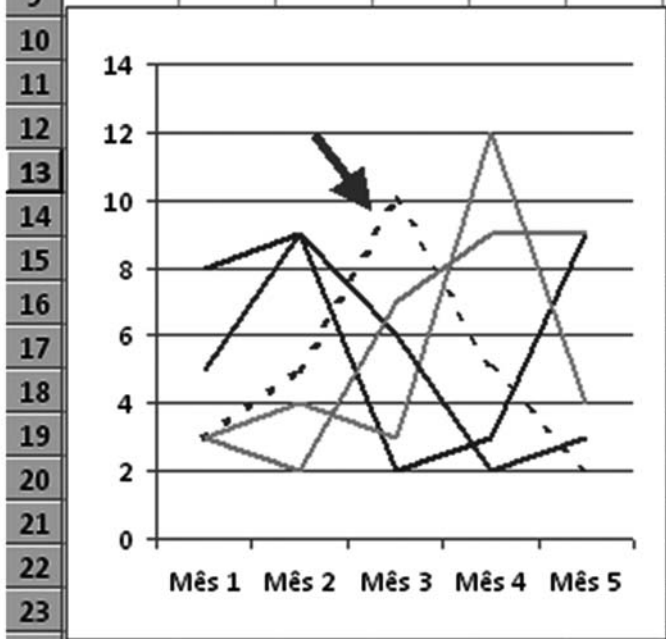
Um usuário do Word 2000, com suas configurações padrões, deseja configurar o mesmo tipo de fonte, borda, alinhamento e espaçamento, antes e após cada parágrafo, para todos os parágrafos do seu documento. Qual recurso ele deve utilizar para definir todo esse conjunto de formatações?


- (A) Layout
- (B) Estilo
- (C) Colunas
- (D) Cabeçalho e rodapé
- (E) Configuração de página

25

Analise a planilha e o gráfico a seguir, que representam a venda de produtos por mês.

| | A | B | C | D | E | F |
|---|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1 | Vendas | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | Mês 4 | Mês 5 |
| 2 | Arroz | 3 | 5 | 10 | 5 | 2 |
| 3 | Feijão | 8 | 9 | 2 | 3 | 9 |
| 4 | Batata | 3 | 4 | 3 | 12 | 4 |
| 5 | Cebola | 5 | 9 | 6 | 2 | 3 |
| 6 | Frango | 3 | 2 | 7 | 9 | 9 |
| 7 | | | | | | |
| 8 | Total: | 137 | | | | |
| 9 | | | | | | |



Considerando a situação apresentada no gráfico, o eixo x representa os meses, o y representa o total de vendas, e as linhas, os respectivos produtos. No gráfico que foi produzido a partir da planilha, a linha pontilhada e indicada pela seta () representa as vendas do seguinte produto:

- (A) Cebola
- (B) Feijão
- (C) Batata
- (D) Arroz
- (E) Frango

RACIOCÍNIO LÓGICO I

26

Considere verdadeira a seguinte proposição:

“Se $x = 3$, então x é primo”.

Pode-se concluir que

- (A) se x é primo, então $x = 3$
- (B) se x não é primo, então $x \neq 3$
- (C) se x não é primo, então $x = 3$
- (D) se $x \neq 3$, então x é primo
- (E) se $x \neq 3$, então x não é primo

27

Se Lauro sair cedo do trabalho, então jantará com Lúcia. Se Lúcia janta com Lauro, então não come na manhã seguinte. Sabendo-se que, essa manhã, Lúcia comeu, conclui-se que

- (A) Lúcia jantou na noite anterior.
- (B) Lúcia jantará esta noite.
- (C) Lauro jantou na noite anterior.
- (D) Lauro não saiu cedo do trabalho.
- (E) Lauro saiu cedo do trabalho.

28

Sobre uma mesa há 3 moedas do sistema monetário brasileiro, cujos valores são diferentes. Retira-se uma delas, de modo que as duas moedas que permanecem sobre a mesa totalizam 30 centavos. Coloca-se a moeda retirada de volta e, a seguir, retira-se outra moeda. Dessa vez, as duas moedas que permanecem sobre a mesa somam 15 centavos. A soma, em centavos, dos valores das 3 moedas é

- (A) 30
- (B) 35
- (C) 40
- (D) 45
- (E) 50

29

A negação da proposição “Mário é brasileiro ou Maria não é boliviana” é

- (A) Mário não é brasileiro e Maria é boliviana.
- (B) Mário não é brasileiro ou Maria é boliviana.
- (C) Mário não é brasileiro e Maria não é boliviana.
- (D) Mário é brasileiro e Maria não é boliviana.
- (E) Mário é brasileiro ou Maria é boliviana.

30

Em uma urna há 4 bolas: 2 azuis, 1 branca e 1 verde. É correto afirmar que

- (A) se 2 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente terão cores diferentes.
- (B) se 2 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente uma será azul.
- (C) se 3 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente todas terão cores diferentes.
- (D) se 3 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente uma será branca.
- (E) se 3 bolas forem retiradas dessa urna, necessariamente uma será azul.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**31**

Considere as afirmativas abaixo.

- I – Compete à União Federal legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes, podendo os Estados, na ausência de lei federal, editar lei sobre a matéria.
- II – Compete exclusivamente à União estabelecer política de educação para a segurança do trânsito.
- III – Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes, podendo a União delegar aos Estados a competência para legislar sobre alguma questão específica relacionada ao tema.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III. (B) II.
- (C) I e III. (D) I e II.
- (E) I.

32

A Constituição Brasileira de 1988 foi, na história brasileira, a que prescreveu um elenco mais extenso de direitos e garantias fundamentais. Considere as proposições a seguir sobre princípios assegurados na Constituição.

- I – Todos são iguais perante a lei (princípio da isonomia).
- II – A Administração Pública não será obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (princípio da legalidade).
- III – Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (princípio da presunção de inocência).
- IV – A lei não excluirá de apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito (princípio do acesso à justiça).

Estão corretas **APENAS** as proposições

- (A) III e IV. (B) II e IV.
- (C) I, III e IV. (D) I, II e III.
- (E) I e II.

33

Uma lei estadual que estabeleça normas gerais sobre mototáxi e serviços de mototaxista é inconstitucional porque a competência para legislar sobre a matéria é

- (A) concorrente entre União e Estados, cabendo aos Estados apenas editar normas específicas sobre a matéria.
- (B) concorrente entre Estados e Municípios.
- (C) comum entre Estados e Municípios.
- (D) privativa dos Municípios.
- (E) privativa da União Federal.

34

Analisar as assertivas abaixo, considerando os princípios da Administração Pública.

- I – O princípio da razoável duração do processo, inserido na Constituição da República pela Emenda nº 45/04 (Reforma do Judiciário), não se aplica aos processos administrativos.
- II – O princípio da segurança jurídica é violado quando da aplicação retroativa de nova interpretação jurídica conferida pela Administração Pública a um mesmo dispositivo legal.
- III – O princípio da legalidade administrativa confere aos agentes da Administração Pública a plena liberdade de atuação, excetuando-se, apenas, as condutas expressamente vedadas por lei.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III. (B) II.
- (C) I e III. (D) I e II.
- (E) I.

35

O Departamento de Trânsito do Estado do Acre (DETRAN/ACRE), uma autarquia estadual, foi criado por

- (A) Lei Complementar.
- (B) Lei Ordinária.
- (C) Emenda à Constituição.
- (D) Decreto Legislativo.
- (E) Decreto da Chefia do Poder Executivo Estadual.

36

Constituem elementos do ato administrativo:

- (A) forma e vinculação.
- (B) vinculação e discricionariedade.
- (C) competência, forma, objeto, finalidade e motivo.
- (D) presunção de legitimidade e controlabilidade.
- (E) presunção de legalidade, economicidade e eficiência.

37

Para candidatar-se ao cargo de motorista de uma empresa de ônibus, Joaquim terá de se habilitar na(s) categoria(s)

- (A) C, devendo necessariamente ser maior de vinte e um anos de idade.
- (B) D ou E, dependendo do tamanho do veículo a ser dirigido.
- (C) D, devendo possuir habilitação em qualquer outra categoria há pelo menos um ano.
- (D) D, devendo possuir habilitação na categoria C há pelo menos um ano, ou há pelo menos dois anos na categoria B.
- (E) E, tendo em vista o peso bruto total do veículo a ser conduzido.

38

Um dos requisitos legais para se obter a habilitação é a aptidão física e mental do condutor. Ao disciplinar essa avaliação, o Código de Trânsito dispõe que

- (A) haja dispensa da avaliação psicológica preliminar no caso de taxistas.
- (B) possa ser suprida por declaração médica fornecida por profissional credenciado junto ao DETRAN.
- (C) seja feita após o exame escrito e antes do exame de direção veicular.
- (D) seja dispensada a avaliação psicológica complementar após a primeira habilitação, caso o condutor não exerça atividade remunerada com o veículo.
- (E) seja renovada a cada cinco anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos.

39

Eduardo deseja montar uma autoescola e buscou, junto ao DETRAN, orientações sobre procedimentos e requisitos exigidos para os instrutores. O funcionário responsável informou corretamente a Eduardo que

- (A) todos os veículos utilizados para aprendizagem, estejam ou não autorizados para esse fim, terão a inscrição "Autoescola" pintada em faixa de cor amarela.
- (B) todo centro de formação de condutores tem liberdade para determinar o número de aulas práticas necessárias à formação do aprendiz.
- (C) o DETRAN desautoriza o exercício da atividade de instrução por profissional que não pertença a entidade credenciada.
- (D) o veículo utilizado na aprendizagem não poderá transportar mais de quatro pessoas simultaneamente.
- (E) as aulas práticas deverão ocorrer apenas em locais estabelecidos pelo órgão executivo de trânsito.

40

Ao regulamentar a realização dos exames necessários à habilitação dos condutores, o órgão executivo de trânsito deverá observar a regra segundo a qual

- (A) o exame de direção veicular deverá ser prestado perante uma comissão na qual todos os examinadores sejam habilitados em categoria igual à pretendida pelo candidato.
- (B) o exame de aptidão física e mental deverá ser repetido, em caso de reprovação no exame escrito sobre legislação de trânsito.
- (C) o exame de aptidão física e mental poderá ser realizado por entidade privada, desde que credenciada pelo órgão competente.
- (D) a formação dos condutores poderá incluir curso de direção defensiva, a critério do órgão executivo de trânsito.
- (E) um novo exame será prestado perante outra comissão de examinadores, em caso de reprovação do candidato no exame de direção veicular.

41

Bianca é cadeirante e pretende habilitar-se como condutora. No seu caso, o procedimento não é o mesmo daquele reservado às habilitações ordinárias. Dentre as diferenças está o fato de que a

- (A) comissão examinadora terá um representante indicado pelo CETRAN.
- (B) comissão examinadora deverá ter um representante indicado pelo DENATRAN.
- (C) candidata fica dispensada de exame de aptidão física.
- (D) candidata perde o direito à realização do exame se o órgão de execução de trânsito não possuir veículo adaptado.
- (E) repetição do exame de direção é desautorizada, caso a candidata venha a ser reprovada.

42

Mariana teve sua carteira de habilitação cassada em janeiro de 2008, em virtude de, reiteradamente, ter sido surpreendida conduzindo motocicletas, muito embora possuísse habilitação apenas na categoria B. Sobre a situação de Mariana, foram feitas as afirmações a seguir.

- I – Não deveria ter tido a carteira de habilitação cassada e pode requerer sua reabilitação imediatamente.
- II – Pode requerer sua reabilitação, pois já transcorreu o prazo legal de um ano.
- III – Deveria realmente ter tido a carteira cassada e não pode requerer sua reabilitação porque ainda não transcorreu o prazo legal de dois anos.
- IV – Pode requerer sua reabilitação, desde que prove já ter realizado novo exame de direção veicular.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmação(ões)

- (A) IV. (B) III.
- (C) II e IV. (D) II.
- (E) I.

43

Não se pode confundir permissão para dirigir com habilitação para dirigir. Analisando-se, entretanto, as semelhanças entre os institutos, verifica-se que tanto a

- (A) permissão quanto a habilitação podem ser cassadas se o condutor cometer três infrações de natureza média no período de um ano.
- (B) permissão para dirigir quanto a carteira nacional de habilitação possuem o mesmo prazo de validade.
- (C) permissão quanto a habilitação ensejam, em caso de acidente grave, a obrigatoriedade de o condutor se submeter a novos exames, sem possibilidade de sua dispensa pela autoridade executiva de trânsito.
- (D) não obtenção da carteira de habilitação quanto a sua cassação são medidas aplicadas sem a necessidade de processo administrativo, pois são baseadas em fatos objetivos.
- (E) não obtenção da carteira de habilitação quanto a sua cassação obrigam o candidato a repetir todos os exames necessários à habilitação.

44

Jair ganha a vida fazendo pequenos transportes em sua carroça, puxada a cavalo. Sobre o ofício de Jair foram feitas as afirmações a seguir.

- I – É matéria estranha ao Código de Trânsito Brasileiro, tendo em vista que não se trata de veículo automotor.
- II – O Código de Trânsito Brasileiro confere aos Municípios a competência para autorizar e regulamentar esse tipo de transporte.
- III – O Código de Trânsito Brasileiro remete a disciplina apenas à legislação ambiental, por se tratar de trabalho com animais.
- IV – Jair deve manter registro de sua carroça no órgão executivo estadual de trânsito, inclusive com aposição de placa traseira.

É(São) correta(s) **APENAS** a(s) afirmação(ões)

- (A) IV.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) I.

45

Cláudio trabalha como motorista de caminhão-tanque em uma empresa de combustíveis e possui carteira nacional de habilitação na categoria E. Nessa situação, Cláudio

- (A) estará desobrigado de realizar curso de primeiros socorros, a critério da empresa.
- (B) estará autorizado a dirigir veículos de qualquer outra categoria em função de a sua ser mais complexa.
- (C) deverá ser submetido a exame preliminar de aptidão física e mental a cada dois anos.
- (D) deverá ter curso de direção defensiva viabilizado pela própria empresa.
- (E) deverá ser maior de vinte e quatro anos.

46

Paulo é motorista de uma van escolar. Para continuar trabalhando em situação regular, Paulo deverá

- (A) estar habilitado na categoria C.
- (B) se submeter à inspeção anual para verificação dos equipamentos obrigatórios.
- (C) manter em locação visível a indicação da lotação máxima permitida.
- (D) ter autorização específica do órgão executivo de trânsito do município onde presta o serviço.
- (E) ter veículo com a carroceria pintada na cor amarela, para evidenciar a faixa pintada no veículo com o dístico "Escolar".

47

O ciclomotor não se confunde com a motocicleta ou a motoneta. Sobre o ciclomotor, considere as afirmativas a seguir.

- I – Pode ter duas ou três rodas e sua velocidade máxima de fabricação não excede a cinquenta quilômetros por hora.
- II – Está sujeito à mesma disciplina das motocicletas, só podendo ser conduzido por quem estiver habilitado na categoria A.
- III – É registrado e licenciado pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) III. (B) II e III.
- (C) I e III. (D) I e II.
- (E) I.

48

Para iniciar uma obra de grande vulto, uma empreiteira deseja usar uma estrada estadual para transportar dois guindastes para outro município. Esse transporte, que será feito por caminhões,

- (A) poderá ser realizado apenas no caso de os caminhões se enquadrarem no peso e nas dimensões fixados pelo CONTRAN, sob pena de infração administrativa grave.
- (B) dependerá de autorização específica da Polícia Rodoviária Federal.
- (C) dependerá de autorização pelo órgão competente, eximindo o transportador de responsabilidade por eventuais danos causados à via.
- (D) dependerá de autorização especial de trânsito, caso sua dimensão e seu peso excedam os limites estabelecidos pelo CONTRAN.
- (E) dependerá de autorização especial de trânsito, ainda que não exceda os limites estabelecidos pelo CONTRAN, e terá que ser escoltado por veículo oficial.

49

A formação dos condutores deve levar em consideração princípios de educação para o trânsito, conforme prevê a Política Nacional de Trânsito. Dentre as regras do Código de Trânsito Brasileiro para a educação para o trânsito, destaca-se a

- (A) obrigatoriedade de aulas sobre crimes de trânsito nas universidades públicas, reguladas pelo CONTRAN.
- (B) previsão de Escolas Públicas de Trânsito.
- (C) obrigação de os municípios promoverem campanhas semestrais educativas de trânsito, com liberdade de escolha de temas.
- (D) necessidade de promoção da educação para o trânsito na educação básica e nas universidades, dispensada na pré-escola.
- (E) dispensa de participação do Ministério da Educação no planejamento de currículos sobre segurança de trânsito, devido à especificidade da matéria.

50

Marco foi parado numa *blitz* de rotina. Ao consultar o sistema do órgão de trânsito, o agente verificou que Marco já possuía autuações, nos últimos doze meses, que superavam os vinte pontos previstos como limite pelo Código de Trânsito Brasileiro, sem processo administrativo em curso ou finalizado contra ele. Nesse caso, o agente da autoridade de trânsito deverá

- (A) liberar o motorista, já que a suspensão do direito de dirigir depende de processo administrativo prévio.
- (B) apreender a carteira nacional de habilitação, pois, ao atingir os vinte pontos, o motorista teve automaticamente suspenso seu direito de dirigir.
- (C) prender o motorista, já que dirigir com esse direito suspenso é crime previsto no Código de Trânsito.
- (D) multar o condutor, pois dirigir possuindo mais de vinte pontos constitui infração administrativa.
- (E) reter o veículo até que seu condutor encontre alguém apto a conduzi-lo.